

BOLSAS	BOVESPA	A-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na segunda (em %)	Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)	Título da dívida externa brasileira, na segunda	Segunda-feira (em R\$)	Últimas cotações (em R\$)	Turismo, venda (em R\$) na segunda-feira	Na BM&F, o grama (em R\$)	IPCA do IBGE (em %)
1,09 São Paulo	39.562 38.900 -0,03 Nova York	US\$ 1,105 (▼ 0,18%)	2,150 (▲ 0,75%)	23/outubro 2,13 24/outubro 2,15 25/outubro 2,14 26/outubro 2,13 27/outubro 2,13	2,736 (▲ 0,66%)	R\$ 41,900 (▲ 1,20%)	Maio/2006 0,10 Junho/2006 -0,21 Julho/2006 0,19 Agosto/2006 0,05 Setembro/2006 0,21

# POLÍTICA ECONÔMICA

## Economia - Brasil

Integrantes do governo apontam caminhos diferentes para a economia, mas não deixam claro como a trilha desenvolvimentista será seguida. Teme-se que redução de juros seja feita sem controle de gastos

# Mudança polêmica

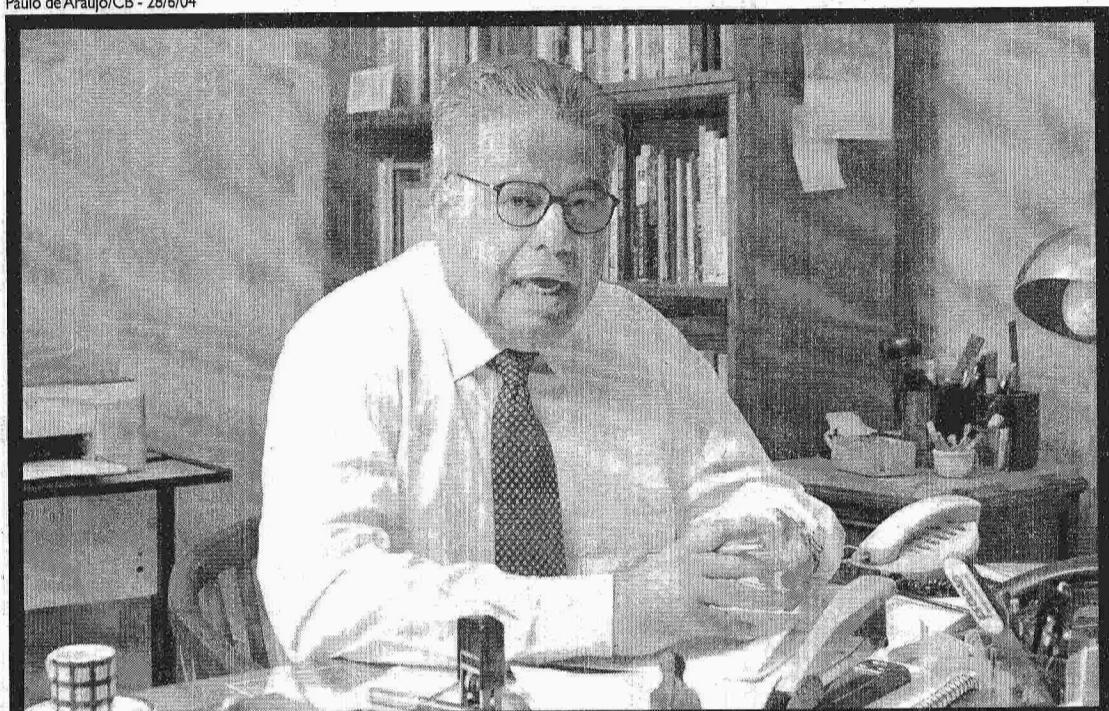
**MARCELO TOKARSKI  
E RICARDO ALLAN**

6-21 1970 11 8

**A** discussão sobre os rumos da política econômica no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva dominou a cena pós-eleitoral. O primeiro a jogar lenha na fogueira foi o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que ainda no domingo à noite falou no fim da "era Palocci" e decretou a extinção da "preocupação neurótica com a inflação", numa clara afronta ao trabalho conduzido nos últimos quatro anos por Henrique Meirelles à frente do Banco Central (BC). Ontem, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, embora tenha contemporizado as declarações de seu companheiro, reafirmou que a política econômica será mais "desenvolvimentista" nos próximos quatro anos, sem no entanto explicar quais mudanças seriam feitas na prática.

"Vai ser mais desenvolvimentista. É uma continuação da política econômica do primeiro governo, só que dentro de uma nova fase", disse o ministro, mais confundindo do que esclarecendo. A ideia do Planalto é utilizar a redução dos juros para estimular o crescimento da economia. Em seu discurso após a vitória nas urnas, Lula disse que o país crescerá 5% já no próximo ano. Ontem, Mantega prometeu "crescimento mais intenso, mais vigoroso, com mais geração de empregos". "Será a tônica do novo governo", afirmou.

Para os economistas, no entanto, a redução dos juros não é suficiente para fazer a economia brasileira andar mais rápido. Os 5% até poderiam vir em 2007, mas no ano seguinte o desempenho já seria bem mais modesto. Crescimento sustentado



**PARA FREITAS, EX-BC, LULA NÃO MUDARÁ CONTROLE DA INFLAÇÃO: "ESTABILIDADE MELHORA A VIDA DAS PESSOAS"**

é possível, avaliam, com a execução de reformas — principalmente a tributária e a da Previdência —, redução dos gastos públicos e aumento dos investimentos em infra-estrutura. Tudo sem abandonar o controle da inflação, tido como principal conquista econômica.

Na avaliação de Alex Agostini, economista-chefe da consultoria Austin Rating, juros baixos não são garantia de crescimento econômico. "Não adianta apenas reduzir os juros e ter a inflação sob controle. O país precisa

estimular o consumo, o que só ocorre com ganho de renda; diversificar sua produção, empreender as reformas que não foram feitas nesses últimos quatro anos e controlar os gastos do Es-

tado", defende. Como exemplo, ela cita o ano de 2002, quando o juro real esteve em seu mais baixo patamar desde a criação do real. Naquele ano, mesmo com juros reais de 5,9% ao ano, o Brasil cresceu apenas 1,93%. Em 2004, com juros reais maiores (8,04%), o crescimento foi de 4,94%, mais do que o dobro (veja quadro). "Se o juro nominal for alto e a inflação também, o juro real será pequeno, como em 2002. Mas os investimentos ficam desestimulados e os salários são corroídos, não adianta."

Para Maílson da Nóbrega, sócio-diretor da consultoria Tendências, o que está por trás desse discurso mais desenvolvimentista é o desejo de se apoderar do Banco Central e acabar com sua autonomia operacional. O objetivo seria reduzir mais drasticamente as taxas de juros, acelerando o crescimento econômico. "Se eles continuarem falando o que estão falando, dificilmente o Meirelles vai aceitar continuar no governo, a não ser que o presidente Lula dê

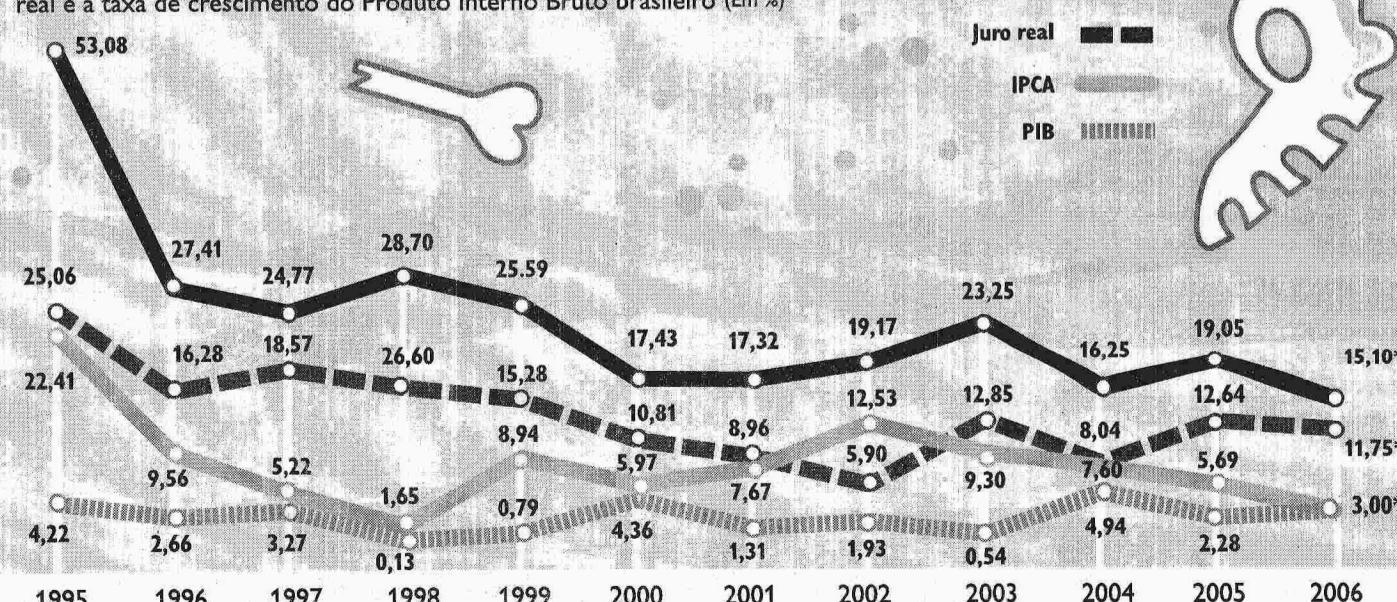
um sinal claro de que vai manter a responsabilidade monetária. Se isso não ocorrer, Lula vai ter muita dificuldade em achar alguém sério que queira presidir o BC", afirmou. Nesse caso, o segundo mandato começaria sob a suspeição generalizada dos mercados, o que poderia pôr a perder todo o esforço pela estabilidade (leia texto ao lado).

O ex-ministro da Fazenda, porém, aposta num cenário diferente. Para ele, Lula tem uma boa noção dos riscos envolvidos em entregar a autoridade monetária à deliberação de um grupo político. Por isso, Maílson acredita que o presidente vai manter a atual gestão responsável no combate à inflação. "Lula já disse que a política econômica é dele e vai continuar a mesma. Os mercados acreditaram nisso", afirmou. Ex-diretor do BC, Carlos Eduardo de Freitas também não acredita que Lula mexerá na política de controle inflacionário. "Além do crescimento da economia e do emprego, a estabilidade monetária melhora a vida das pessoas. Foi ela quem garantiu quase 60 milhões de votos ao presidente", afirma. "O Brasil está hoje na *pole position* da corrida para o crescimento. Mas para não derrapar na largada, precisa respeitar religiosamente a estabilidade monetária."

Para o economista-chefe da GRC Visão, Jason Vieira, o governo precisa cortar gastos, liberando recursos para impulsionar o crescimento econômico. "Não adianta baixar os juros na base da caneta, como querem alguns. É preciso fazer reformas, como a tributária e a da Previdência, e reduzir os gargalos em infra-estrutura, por meio das PPPs (Parcerias Público Privadas). Caso contrário, estaremos condenados a crescer pouco", afirma. Segundo ele, a redução dos juros isoladamente não é condição para se garantir o crescimento da economia. "Os juros têm que cair paulatinamente, como vem ocorrendo, para evitar traumas futuros."

#### A RAIZ DO PROBLEMA

Para desenvolver o país não adianta arrancar os juros altos sem cortar os gastos entranhados no Estado. Acompanhe, ano a ano, a taxa Selic média, a inflação, o juro real e o taxas de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro. (Em %)



3006

100

— 1 —